

PROGRAMA OPERACIONAL CAPITAL HUMANO

CITAÇÕES

A Rede dos Centros Qualifica tem sido grande aliada na formação?



Sem dúvida. Os Centros Qualifica têm sido a porta de entrada dos adul-

tos para a formação. E hoje são já uma marca de referência. Quando se retomou a aposta nestes centros foi difícil, devido à descontinuidade do centros apoiados pelo programa Novas Oportunidades. No entanto, em 2018, conseguiu-se um reforço do financiamento e hoje cobrem todo o território e são um elemento fundamental pois fazem a ligação entre as necessidades dos adultos e as do território, sobretudo porque nos Centros Qualifica se trabalha em rede com os municípios. Permitem que as populações aumentem e consolidem as suas competências, incluindo as digitais, abrindo a porta para que se faça o encaminhamento para outras ofertas formativas e permitam a progressão pessoal. De resto, lembro que a valorização das pessoas, através dos Centros Qualifica também contribuiu para a redução do abandono escolar.

Joaquim Bernardo

Presidente do Programa Operacional Capital Humano

Que designios terão se concretizar nos próximos anos?



Há três linhas que orientam a minha concepção sobre educação

(Educação para Todos, Educação de Qualidade e Educação para toda a Vida). Há que continuar a apostar na Educação para todos, sem deixar ninguém para trás, na educação de qualidade, no sentido em que é preciso continuar a fomentar o gosto e a curiosidade por aprender e

apostar numa cultura humanística que, hoje em dia, está a ser subvalorizada. Finalmente, apostar na educação para toda a vida, permitindo que as pessoas, nomeadamente os maiores de 65 anos, possam escolher uma formação em função das suas aspirações e não apenas em função do mercado de trabalho.

Maria Emília Brederode Santos

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Que relação entre a qualificação e competitividade?



Já muitos estudos revelaram que há uma relação directa entre o aumento da

qualificação e o aumento do PIB. Por isso, e porque já mostramos que somos capazes de conseguir bons resultados, temos de continuar a apostar na escola inclusiva que promove uma educação compreensiva, moderna e abrangente que chegue a todos. Tudo porque são os recursos humanos mais qualificados que são mais ágeis para reagir perante as rápidas mudanças que se operam no mercado de trabalho, incluindo a presença das tecnologias que são hoje uma realidade incontornável e que se estendem também à vida das pessoas. Por outro lado, a qualificação deve estender-se aos recursos humanos das escolas. No caso dos professores, há que ter em conta a idade, que é uma questão crucial para o futuro do sistema.

Luís Capucha

Especialista em Políticas Públicas de Educação e Formação



A mesa redonda "A qualificação, o emprego dos jovens e o contributo do Fundo Social Europeu" foi moderada pelo jornalista da TSF, Carlos

Fundo Social Europeu melhorou qualificação dos portugueses

Reflexão Sete anos de fundos europeus melhoraram a formação e qualificação em Portugal. Uma reflexão sobre os aspectos positivos do PO CH, como a redução da taxa de abandono escolar, aumento da qualificação dos adultos, mas também sobre o que ainda falta fazer, de modo a definir as prioridades e traçar as linhas do futuro

Rosette Marques

Mais de 800 mil jovens e adultos foram apoiados na sua formação e qualificação no âmbito dos fundos europeus, através do Programa Operacional Capital Humano. Investimento total de 3.843 milhões de euros que, através das componentes de qualificação inicial, dirigida aos jovens (Cursos de Educação e Formação e ensino profissional) e da formação de adultos (redes de Centros Qualifica e Cursos de Educação e Formação de Adultos), que teve como resultados práticos atingir, em 2020, uma taxa de abandono escolar precoce de 8,9% (inferior à média europeia e à meta europeia), e simultaneamente, aumentar a qualificação da população portuguesa, sendo que 56,1% das pessoas no mercado de trabalho têm formação ao nível do secundário. Avaliar e reflectir sobre estes resultados e sobre a estratégia destes fundos para a qualificação da população, no com-

PROGRAMA OPERACIONAL CAPITAL HUMANO



Raleiras

PO CH gere financiamento para formação e qualificação



O PO CH - Programa Operacional Capital Humano é a entidade que gere o financiamento europeu para a formação e qualificação de jovens e adultos em Portugal, tendo apoiado até 31/12/2020 mais de 800 mil jovens e adultos, num investimento total elegível de 3 843 milhões de euros, dos quais 3 281 milhões de euros são investimento do Fundo Social Europeu. ◀

bate ao abandono escolar precoce e à iliteracia funcional foi o tema da mesa redonda "A qualificação, o emprego dos jovens e adultos e o contributo do Fundo Social Europeu" que decorreu via online no passado dia 19 de Março e que integrou o evento "Qualificar para Crescer" promovido pelo Programa Operacional Capital Humano.

Depois da apresentação dos números, por parte de Joaquim Bernardo presidente do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), que ainda salientou parte do trabalho realizado no âmbito do referido programa e que se prende com as medidas de apoio de promoção da qualidade, da qual se destaca a formação contínua de docentes e o reforço da rede de psicólogos nas escolas, ficou claro que «as ajudas decorrentes dos fundos europeus têm sido fundamentais para a formação e a educação em Portugal». Maria Emília Brederode Santos, presidente do Conselho Nacional

Programa Operacional Capital Humano 2014-2020 está na recta final de execução, para depois se prepararem os próximos fundos

Mesa redonda permitiu reflectir sobre os resultados da aplicação dos fundos estruturais, no âmbito do PO CH

Números

800

mil jovens e adultos apoiados pelo PO CH entre 2014 e 2020

3.843

milhões de euros foi o investimento para a qualificação no âmbito do PO CH

8,9

por cento é a taxa de abandono escolar precoce em 2020, inferior à meta europeia (10%)

liação da aplicação dos fundos estruturais e dos seus resultados, há que reflectir sobre quais são as novas prioridades». Luís Capucha refere que o sistema de avaliação dos fundos europeus tem também «uma vertente de aprendizagem, no sentido de ver o que ainda é preciso mudar para que os resultados continuem a ser animadores». A título de exemplo, Luís Capucha refere que é preciso conhecer a população que ocupa a taxa de 8,9%, de modo a que as políticas a adoptar possam de facto eliminar «a exclusão escolar que depois acaba em exclusão social». O conselheiro referiu os pontos positivos do trabalho até agora efectuado, como o grande investimento no ensino profissional que, nas palavras de Joaquim Bernardo «ascendeu a 1,5 mil milhões de euros», e que de facto «teve um grande contributo para a redução do abandono escolar, mas também o Programa TEIP que permitiu uma maior sinergia entre as escolas e as entidades locais, nomeadamente com as autarquias». Luís Capucha aproveitou também para referir o que não funcionou tão bem, exemplificando com os Serviços de Orientação e Psicologia, «onde é preciso apostar mais». Posição igualmente defendida por Joaquim Bernardo que considera que «é fundamental colocar os ovos no sítio certo». Com isto quis dizer que, depois do escrutínio da prestação de contas relativamente ao que foi feito «é preciso perceber o que ainda está mal, para depois justificar as escolhas em termos de novos investimentos». Nesse sentido, o presidente do PO CH considera que, de facto, os Serviços de Psicologia e Orientação têm de ser alvo de um reforço, lembrando que, neste momento o PO CH está a trabalhar na rede de psicólogos, apoiando mais de 300 psicólogos ao serviço das escolas, mas é preciso também apostar na formação contínua e melhorar a relação das escolas com o mercado de trabalho.

de Educação mostrou-se muito optimista com os resultados que, na sua opinião, decorrem «de uma grande sintonia entre aquilo que é identificado como sendo os verdadeiros problemas reais e a implementação das respectivas políticas de resolução. E isso mostra que é possível construir consensos no seio do CNE que tem 68 conselheiros». No entanto, os 8,9% de taxa de abandono escolar precoce revela que «ainda há muito a fazer». A presidente do CNE refere que «há problemas estruturais a ultrapassar, nomeadamente trabalhar para uma melhor adequação do escola ao perfil do aluno, no que se refere aos jovens, e o reforço da aprendizagem ao longo da vida para a população adulta». Na mesma linha de pensamento, Luís Capucha, especialista em Políticas Públicas de Educação e Formação, referiu também «o notável progresso que Portugal fez nesta área», mas reconhece que «chegados a este ponto, e depois da ava-

Mais qualificação, maior competitividade

Joaquim Bernardo mostrou-se satisfeito com os dados que revelam que 56,1% da população no mercado de trabalho já têm formação ao nível do ensino secundário. Por isso, há que continuar a apostar numa ligação mais estreita entre as

políticas educativas e as necessidades do mercado, até porque, todos são unânimes em considerar que um país com uma população mais qualificada será também mais competitivo em termos económicos. Joaquim Bernardo lamentou que, em Portugal, ainda não se tenha conseguido estabelecer «uma boa relação entre a qualificação e o reconhecimento no mercado de trabalho» e referiu que, em termos operacionais, o grande desafio para o futuro, «é esbater a tensão entre a necessidade de ser rigoroso e a urgência de simplificar os apoios».

Já Luís Capucha referiu que «os empresários são os primeiros a reconhecer que os mais qualificados são os mais ágeis para lidar com as diferenças que a evolução dos tempos vai colocando». Nesse sentido, Luís Capucha defende que as prioridades passam pela aposta na «qualificação dos recursos humanos nas escolas e não exclusivamente para docentes e voltar a apostar no

Plano de Recuperação e Resiliência aposta na transição digital mas deve ter em conta as especificidades de cada região, alerta o CNE

Plano Tecnológico da Educação, uma questão urgente, como aliás a pandemia veio mostrar». Por isso, o conselheiro disse estar com boas expectativas relativamente à proposta do Plano de Recuperação e Resiliência no que diz respeito às competências digitais, mas alerta que é preciso um programa massivo que não esqueça os adultos, a valorização das vias ocupacionais, além de ser necessário sustentar outras medidas já implementadas, como o alargamento do pré-escolar e a melhoria do parque escolar. Também Maria Emília Brederode Santos esclareceu que o Conselho Nacional de Educação aprovou um parecer relativamente ao PRR, em que se considera que «é muito importante a digitalização, mas não basta ter os dispositivos tecnológicos». Há que saber «ao serviço de que modelo pedagógico é que estes dispositivos devem estar, apostando na formação para o devido uso das tecnologias, enquadrada com pensamento crítico e com uma atitude responsável». ◀